

Feridas abertas na terra: o desastre da mineração em Brumadinho / MG

Ricardo Fernandes Gonçalves

[Doutor em Geografia. Prof. Univ. Est. Goiás. Pesquisador do Grupo PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade].

*E se os olhos reaprendessem a chorar
seria um segundo dilúvio.*

(Carlos Drummond de Andrade).

O verso do poema *O sobrevivente*, escrito por Carlos Drummond de Andrade traduz a nebulosidade de tempos e espaços que suplantam a década de 1930, quando o autor publicou o livro *Alguma poesia*. O peso melancólico das guerras, desigualdade, miséria e solidão está imiscuído em dezenas de poemas do poeta mineiro. Sendo assim, no momento em que acompanhamos as imagens de pilhagem socioambiental, o desespero, a tristeza e o medo de centenas de famílias dos trabalhadores que foram mortos no desastre da mineração em Brumadinho/MG, a clarividência do poeta parece tocar nossos olhos e um segundo dilúvio sobressalta as pálpebras.

No início da tarde de 25 de janeiro de 2019, o rompimento da Barragem I, em Brumadinho/MG, voltou a assombrar a população de Minas Gerais e do Brasil. A Barragem I era uma estrutura de mais de 85 metros de altura e com capacidade para disposição de 12,7 milhões de metros cúbicos dos rejeitos de minério de ferro extraído na Mina Córrego do Feijão, integrada ao Complexo Paraopeba, da Vale. O desastre ocorreu há pouco mais de 3 anos, quando em Mariana/MG, a ruptura da barragem de Fundão, da Samarco/Vale/BHP, desenhou uma cartografia de destruição e morte na bacia do rio Doce.

A lama de rejeitos liberada pela ruptura da Barragem I delineou um rastro de ruína no vale do córrego do Feijão, destruindo a sede administrativa da Vale, pousadas, propriedades rurais, pontes e instalações de energia.

O caminho de destruição já atingiu o rio Paraopeba e deverá avançar por 245 km até alcançar a barragem da usina Retiro Baixo, impactando uma população de quase 1 milhão de pessoas que vivem nos 18 municípios ao longo do Paraopeba, em Minas Gerais.

Poucas horas depois do rompimento da Barragem I, as implicações do desastre começaram a aparecer nos noticiários.

Pessoas resgatadas vivas por bombeiros em helicópteros, corpos das vítimas identificados, aflição de familiares pelas mortes e pelos que continuam desaparecidos, cenários de exaustão completa das paisagens expostos em vídeos e fotografias sublinhando a atmosfera de medo, insegurança, perdas, dor e indignação.

Conforme informações da Defesa Civil de Minas Gerais, publicadas no dia 09 de fevereiro de 2019, o número de vítimas do desastre da mineração em Brumadinho já soma 157 mortes confirmadas, 165 pessoas desaparecidas e centenas desalojadas.

Logo, as consequências do modelo de extrativismo mineral brasileiro revelam-se indissociáveis de uma *economia de morte*, pois estão assentadas no despojo, no adoecimento e na morte de trabalhadores. Exercem, assim, a fratura de territórios e o ferimento dos corpos de homens e mulheres como se fossem “carcaças do capital”.

Por conseguinte, a identificação de que o modelo de mineração brasileiro é um problema estrutural constituído nas últimas décadas, atado ao capitalismo neoliberal e ao neoextrativismo, explicita os riscos iminentes de desastres socioambientais em territórios minerados e demonstra que Brumadinho não é um caso isolado. Conforme informações do Plano de Segurança de Barragens, da Agência Nacional de Águas, são 114 barragens de rejeitos localizadas no Quadrilátero Ferrífero (QF), decorrentes de intensa exploração mineral na região mineira.

Diante disso, bacias hidrográficas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, paisagens e patrimônios históricos estão ameaçadas pela pilhagem provocada pelos megaempreendimentos de mineração.

Destarte, após o desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana/bacia do rio Doce, constatou-se a continuidade das estratégias corporativas das empresas pela maximização contínua dos lucros no setor extrativo mineral mesmo em um contexto de queda do preço de *commodities* como o minério de ferro no mercado global. Por consequência, a flexibilização dos licenciamentos, sucateamento de órgãos como a Agência Nacional de Mineração (ANM), estudos técnicos apressados e precários, a influência parasitária das corporações junto ao estado, o comportamento permissivo e passivo dos governos diante das pressões do setor, a existência de barragens construídas com base em técnicas mais simples, menos seguras e mais baratas como o método de alteamento a montante, redução de custos operacionais, de manutenção, monitoramento e fiscalização dessas estruturas e as intervenções ambientais em larga escala nos territórios montaram um cenário revelador de que um novo desastre de grandes proporções seria questão de tempo. Todavia, a transformação do modelo de mineração adotado no Brasil e as alternativas para que outros desastres socioambientais como em Mariana/MG e Brumadinho/MG não se repitam passam pela capacidade das comunidades e trabalhadores se organizarem. Abrange a proposta de áreas livres de mineração, soberania popular e diversificação produtiva dos territórios em regiões mineradas. Ainda, conta com a construção de novos veículos de participação, decisão e correlação de forças nas tomadas de decisões sobre os usos e destinos dos seus territórios. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.